

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO – BANCO DE HORAS**

Fica instituído o **Regime Especial de Compensação de Horas – Banco de Horas**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 59 da CLT, que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:

**Parágrafo 1º:** As empresas deverão atender as seguintes condições:

**a)** na forma do disposto nos parágrafos 2º e 3º, do art. 59 da CLT, **não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas suplementares trabalhadas, desde que compensadas dentro de 90 (noventa) dias**, contados a partir da data do trabalho extraordinário e o **saldo do Banco de Horas não ultrapasse o limite de 150 (cento e cinquenta) horas acumuladas**, respeitado o limite de 02 (duas) horas diárias;

**b)** as horas extras trabalhadas, compensadas fora do prazo ou do limite estabelecido ficam sujeitas à incidência do adicional de 100% (cem por cento), sobre o valor da hora normal;

**c)** as regras constantes desta cláusula serão aplicáveis no caso do menor, ao trabalho em horário diurno, isto é até às 22 (vinte e duas) horas, obedecido, porém, o disposto no inciso I do art. 413 da CLT;

**d)** na rescisão contratual por iniciativa do empregador, quando da apuração final da compensação de horário, fica vedado descontar do empregado o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas.

**e)** manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, que deverá ser mantido em arquivo da empresa, que terá o prazo de 10 dias para apresentá-los, se solicitados pelos sindicatos convenentes;

**f)** para o controle das horas extras e respectivas compensações, ficam os empregadores obrigados a fazer constar do recibo de pagamento ou em outro documento específico, entregue mensalmente, o montante das horas extras laboradas no mês, as horas extras compensadas e o saldo eventualmente existente para compensação;

**g) não se aplicam** os efeitos desta cláusula aos funcionários que recebem horas extras fixas, conforme previsto na cláusula “REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS”.

**h) a compensação** de horas provenientes do saldo existente no “Banco de Horas”, somente poderá ser efetivada se comunicada à outra parte, **com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência**.

**i)** Ficam dispensadas das obrigações previstas nas alíneas “e” e “f” as Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempresas (ME) e o Microempreendedor Individual (MEI).

**Parágrafo 2º:** As empresas que aderirem ao **Regime de Compensação de Horário de Trabalho – BANCO DE HORAS –**

2016/2017 ficam autorizadas a adotarem **sistemas eletrônicos alternativos de controle de jornada de trabalho**, conforme previsão da Portaria 373 de 25.02.2011 do MTE.

a) a adoção de sistema eletrônico alternativo que melhor atenda o controle de jornada da empresa deve cumprir as exigências que se seguem:

a.1) estar disponível no local de trabalho;

a.2) permitir a identificação de empregador e empregado;

a.3) possibilitar, pela central de dados, a extração eletrônica e impressa do registro das marcações realizadas pelo empregado.

**b) ficam as empresas desobrigadas de utilizar mecanismo impressor em bobina de papel, integrado ao relógio de ponto.**

c) as empresas disponibilizarão para todos os seus empregados, mensalmente, cópia de seu registro de ponto, juntamente com o comprovante de pagamento de salário.

d) os sistemas eletrônicos alternativos de controle de jornada não podem admitir:

d.1) restrições à marcação do ponto;

d.2) marcação automática do ponto;

d.3) exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada;

d.4) a alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado.

**Parágrafo 3º:** Os efeitos das autorizações para a Compensação de Horário de Trabalho prevalecerão até a assinatura da próxima Convenção, nos termos do Parágrafo Único da cláusula que estabelece a vigência desta CCT.

**Parágrafo 4º:** A prática do Banco de Horas irregularmente dará ensejo ao pagamento da multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por empregado, a favor deste, uma única vez, na vigência desta Convenção.